



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ
CNPJ (MF): 01.612.754/0001-65



Id:089B81E922A02688

Prefeitura Municipal de Campo Largo do Piauí
Estado do Piauí
CNPJ: 01.612.754/0001-65
CEP: 64148-000

PLANO DE AÇÃO DE COMBATE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM CAMPO LARGO DO PIAUÍ - PI

	relevância da ação proposta para o cenário. A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do município.	0
	aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto - considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	0
	coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	0
	coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	0
	compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas - A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	0
	portfólio artístico e cultural do proponente - Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a	0

Campo Largo/2023



Prefeitura Municipal de Campo Largo do Piauí
Estado do Piauí
CNPJ: 01.612.754/0001-65
CEP: 64148-000

	proposta	
	contrapartida - Será avaliado o interesse público da execução da contrapartida proposta pelo agente cultural	0
	convênios/Contratos com órgãos públicos - Será avaliado se o proponente já realizou algum convênio ou contratos realizados com órgãos públicos, isso torna proporcional mais segurança para a execução do recurso e evita maiores problemas como, multas e atrasos nas prestações de conta e execução do objeto.	0
	PONTUAÇÃO TOTAL:	0

Equipe Responsável

Ítalo Daniel Medeiros Carvalho Silva
Secretário de Meio Ambiente

Rodrigo Carvalho Araújo
Engenheiro Civil

Conselho de Meio Ambiente
Roberto de Carvalho Silva
Francisco das Chagas Ferreira Junior
Josimar Araujo Gonçalves
Francisco Gomes dos Santos
Alice Pereira Silva
Cledia Sousa de Freitas
Aldo Gomes de Queiroz
Jaime Barbosa dos Santos

- A pontuação final de cada candidatura será definida por consenso da comissão de avaliação do projeto.
- Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
- Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o proponente.
- Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G,H respectivamente.
- Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir: Maio tempo de atuação no seguimento do projeto
- Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.
- Serão desclassificados os projetos que:
 - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
 - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

(Continua na próxima página)



Prefeitura Municipal de Campo Largo do Piauí

Estado do Piauí

CNPJ: 01.612.754/0001-65

CEP: 64148-000

tanto as ações de combate às mudanças climáticas quanto as suas consequências são sentidas de forma prática.

É possível ter resultados a curto, médio e longo prazos em uma escala de gestão e ação mais imediatas e com foco nas prioridades socioambientais de cada local, sem deixar de ter o olhar para o contexto geral. Daí a importância de políticas públicas voltadas para as ações de mudanças climáticas no âmbito das cidades.

Campinas é uma cidade com características metropolitanas e consegue impactar, com suas políticas públicas, não só seu território, mas também as cidades de sua região metropolitana. Com uma população de 1.138.309 habitantes, segundo o censo de 2022, e uma densidade demográfica de 1.432,61 habitantes por quilômetro quadrado, a população de Campinas sente, cada vez mais, os impactos das mudanças climáticas. Problemas como crise hídrica, insegurança alimentar, imprevisibilidade meteorológica, com a ocorrência de emergências graves e gravíssimas, entre outros, já fazem parte da realidade vivida pelas pessoas da cidade, principalmente as mais vulneráveis socialmente. As urgências e emergências do clima demandam ações do poder público enquanto detentor da legitimidade e da obrigação institucionais para combater os efeitos das mudanças climáticas.

Na última década, Campinas vem inovando e protagonizando essa pauta, através de legislação, assinatura de compromissos e ações de combate as mudanças climáticas. Agora, a cidade deu um passo significativo para consolidar essa política pública através do Plano Local de Ações Climáticas (Plac). O Plac terá papel estratégico para articular um planejamento integrado e inclusivo, alinhado às prioridades sociais, ambientais e econômicas, buscando

condições para a implementação de ações de mitigação da emissão de gases de efeito estufa e de aumento da resiliência da cidade diante dos impactos da mudança no clima. Serão envolvidos diversos atores para a elaboração do plano, como instituições públicas, privadas, sociedade civil e academia.

Além disso, o Plac trará andamentos aos compromissos e metas assumidos pelo município e fortalecerá a gestão pública intersetorial, ao integrar a ação climática aos processos estratégicos de planejamento, gestão, serviços urbanos e ecossistêmicos. O plano será elaborado de forma integrada e participativa, com base nos seguintes diagnósticos: a análise do estado atual da ação climática integrada em Campinas, a atualização do inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), a elaboração de cenários de reduções de emissões para que sejam zeradas até 2050 e uma análise de riscos climáticos e sua distribuição sociogeográfica na cidade, buscando garantir a participação do maior número de pessoas da sociedade civil, principalmente aquelas que vivem a realidade da exposição aos efeitos das mudanças climáticas.

Dessa forma, a atuação local no enfrentamento a tais mudanças possibilita uma abordagem prática da questão, próxima da realidade específica do território e da região, tornando as ações mais efetivas e passíveis de um monitoramento constante. E, principalmente, sob a ótica socioambiental, essa atuação insere a pauta das mudanças climáticas no dia a dia das pessoas, aproximando as decisões do poder público e, conseqüentemente, tornando cada um de nós sujeito desse processo e responsáveis pelos resultados que o futuro nos reserva.

OBJETIVO

O Plano de Ação Climática tem como objetivo identificar e estabelecer medidas prioritárias concretas de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa, de mitigação e de adaptação (social, econômica, ambiental e territorial). O presente plano de ação de combate as mudanças climáticas irão propor mecanismos e instrumentos que possibilitem a implementação pelo município de combate as mudanças climáticas por meio de ações.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
OBJETIVO.....	5
CAPÍTULO 1	
Características do município.....	6
Aspectos Fisiográficos.....	7
Geologia.....	8
Recursos Hídricos.....	9
CAPÍTULO 2	
Perfil de emissões de Campo Largo.....	10
Queimadas	11
Resíduos	12
Transporte	13
CAPÍTULO 3	
Plano de Redução de Emissões de CO ₂	15
CAPÍTULO 4	
Execução de Ações de Combate às Mudanças Climáticas.....	18
CAPÍTULO 5	
Posição do município no cenário nacional	22
Referências.....	25



Prefeitura Municipal de Campo Largo do Piauí

Estado do Piauí

CNPJ: 01.612.754/0001-65

CEP: 64148-000

INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas são uma realidade científica. Suas consequências podem ser observadas cada vez mais em nosso dia a dia e, principalmente, onde vivemos. As concentrações de gases do efeito estufa estão em seus níveis mais altos, e as emissões seguem aumentando. A cada década, a temperatura global aumenta, gerando impactos em todas as áreas do complexo e delicado sistema climático na Terra. As consequências das mudanças climáticas agora incluem, entre outras, secas intensas, escassez de água, incêndios severos, aumento do nível do mar, inundações, derretimento do gelo polar, tempestades catastróficas e declínio da biodiversidade. Esse quadro pode afetar a saúde, a segurança alimentar, a moradia e o trabalho das populações, principalmente aquelas mais vulneráveis social e ecologicamente.

De acordo com os últimos relatórios das Organizações das Nações Unidas, deveríamos trabalhar em um pacto global para manter o aumento da temperatura no planeta em 1,5°C até o final do século, mas as projeções já apontam um aumento de 3,2°C. Para buscar conter esse cenário de crise climática, todos os países devem se comprometer com ações voltadas à redução das emissões, à adaptação aos impactos climáticos e ao financiamento dos ajustes necessários. A adaptação às consequências climáticas pode garantir a segurança de pessoas, empresas, meios de subsistência, infraestrutura e ecossistemas naturais e deve ser priorizada para as pessoas mais vulneráveis e com menos recursos para lidar com os perigos climáticos.

Neste contexto, é imprescindível que os governos estejam sensíveis ao papel das ações climáticas locais, principalmente nas cidades, onde



Prefeitura Municipal de Campo Largo do Piauí
Estado do Piauí
CNPJ: 01.612.754/0001-65
CEP: 64148-000

CAPÍTULO 1: Características do município

O município está localizado na microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense (figura 1), compreendendo uma área de 434,18 km², tendo como limites ao norte o município de Matias Olímpio e o estado do Maranhão, ao sul com Barras e Nossa Senhora dos Remédios, a leste com Matias Olímpio, São João do Arraial e Esperantina, e a oeste com Porto, Nossa Senhora dos Remédios e o estado do Maranhão. A sede municipal tem as coordenadas geográficas de 03°48'43" de latitude sul e 42°37'44" de longitude oeste de Greenwich e dista 197 km de Teresina.



Figura 1 - Mapa de localização do município.

7

Aspectos Fisiográficos

As condições climáticas do município de Campo Largo do Piauí (com altitude da sede a 60 m acima do nível do mar), apresentam temperaturas mínimas de 25 o C e máximas de 36 o C, com clima quente tropical. A precipitação pluviométrica média anual é definida no Regime Equatorial Marítimo, com isoietas anuais entre 800 a 1.600 mm, cerca de 5 a 6 meses como os mais chuvosos e período restante do ano de estação seca. O trimestre mais úmido é o formado pelos meses de fevereiro, março e abril. Estas informações foram obtidas a partir do Projeto Radam (1973), Perfil dos Municípios (IBGE – CEPRO, 1998) e Levantamento Exploratório - Reconhecimento de solos do Estado do Piauí (1986). Os solos no município estão representados por vários tipos (CPRM, 1973; Levantamento Exploratório - Reconhecimento de solos do Estado do Piauí, 1986 e Projeto Radam, 1973).

Grupamento indiscriminado de planossolos eutróficos, solódicos e não solódicos, fraco a moderado, textura média, fase pedregosa e não pedregosa, com caatinga hipoxerófila associada. Os solos hidromórficos, gleizados. Os solos aluviais, álicos, distróficos e eutróficos, de textura indiscriminada e transições vegetais caatinga/cerrado caducifólio e floresta ciliar de carnaúba/caatinga de várzea. Os solos arenosos essencialmente quartzosos, profundos, drenados, desprovidos de minerais primários, de baixa fertilidade, com transições vegetais, fase caatinga hiperxerófila e/ou cerrado e/ou carrasco. As formas de relevo, da região em apreço, compreendem, principalmente, superfícies tabulares reelaboradas (chapadas baixas), relevo plano com partes suavemente onduladas e altitudes variando de 150 a 250 metros. Dados obtidos a partir do Levantamento Exploratório - Reconhecimento de solos do Estado do Piauí (1986) e Geografia do Brasil – Região Nordeste (IBGE, 1977).

8

Geologia

Do ponto de vista geológico, a figura 2 mostra as unidades que se destacam no âmbito do município pertencem às coberturas sedimentares, conforme relacionadas abaixo. Encimando o pacote, e com idades mais recentes, destacam-se os sedimentos da unidade denominada Depósitos Aluvionares compreendendo areias e cascalhos inconsolidados. Seguem-se os sedimentos do Grupo Barreiras, o qual reúne arenito, conglomerado, intercalações de siltito e argilito. Logo após, aparecem os sedimentos da Formação Potí constituídos de arenito, folhelho e siltito. Na base do pacote repousa a Formação Longá agrupando arenito, siltito, folhelho e calcário.

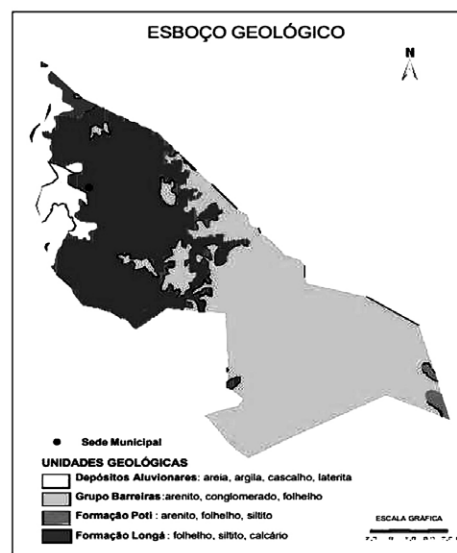


Figura 2 - Esboço geológico do município.

9

Recursos Hídricos

Os recursos hídricos superficiais gerados no estado do Piauí estão representados pela bacia hidrográfica do rio Parnaíba. Trata-se da mais extensa dentre as 25 bacias da Vertente Nordeste e abrange o estado do Piauí e parte do Maranhão e do Ceará, ocupando uma área de 330.285 km², o equivalente a 3,9% do território nacional, e drena a quase totalidade do estado do Piauí e parte do Maranhão e do Ceará. O rio Parnaíba possui 1.400 quilômetros de extensão e a maioria dos afluentes localizados a jusante de Teresina são perenes e supridos por águas pluviais e subterrâneas. Depois do rio São Francisco, é o mais importante rio do Nordeste.

Dentre todas as sub-bacias, destacam-se aquelas constituídas pelos rios: Balsas, situado no Maranhão; Potí e Portinho, cujas nascentes localizam-se no Ceará; e Canindé, Piauí, Uruçuí-Preto, Gurguéia e Longá, todos no Piauí. Cabe destacar que a sub-bacia do rio Canindé, apesar de ter 26,2% da área total da bacia do Parnaíba, drena uma grande região semi-árida.

Apesar do Piauí estar inserido no "Polígono das Secas", não possui grande quantidade de açudes. Os mais importantes são: Boa Esperança, localizado em Guadalupe e represando cinco bilhões de metros cúbicos de água do rio Parnaíba, vem prestando grandes benefícios à população através da criação de peixes e regularização da vazão do rio, o que evitará grandes cheias, além de melhorar as possibilidades de navegação do rio Parnaíba; Caldeirão, no município de Piripiri, onde se desenvolve grandes projetos agrícolas; Cajazeiras, no município de Pio IX, é também uma garantia contra a falta de água durante as secas; Ingazeira, situado no município de Paulistana, no rio Canindé e; Barreira, situado no município de Fronteiras. Os principais cursos d'água que drenam o município são: o rio Parnaíba e os riachos Contendas e Grande.

10

(Continua na próxima página)



Prefeitura Municipal de Campo Largo do Piauí
 Estado do Piauí
 CNPJ: 01.612.754/0001-65
 CEP: 64148-000

CAPÍTULO 3: Perfil de emissões de Campo Largo do Piauí

Queimadas

As queimadas que acompanham o desmatamento determinam as quantidades de gases emitidas não somente da parte da biomassa que queima, mas também da parte que não queima. Quando há uma queimada, além da liberação de gás carbônico (CO₂), são liberados também gases-traço como metano (CH₄), monóxido de carbono (CO) e nitroso de oxigênio (N₂O). A parte da biomassa que não queima na queimada inicial, que é quente, com chamas, também será oxidada.

As quantidades de gases de efeito estufa liberadas pelo desmatamento são significantes tanto em termos do impacto presente quanto do potencial para contribuição a longo prazo com a continuação do desmatamento da vasta área de florestas restante no Brasil. A forma em que são calculadas as emissões pode ter um grande efeito sobre o impacto atribuído ao desmatamento. As emissões líquidas comprometidas e o balanço anual de emissão líquida (ou, mais simplesmente, o "balanço anual") são dois índices importantes para expressar o impacto do desmatamento sobre o efeito estufa.

Um aumento previsto na frequência, intensidade e duração das ondas de calor e um aumento associado de incêndios florestais em consequência das mudanças climáticas neste século provavelmente piorarão a qualidade do ar, prejudicando a saúde humana e os ecossistemas. A interação entre poluição e mudança climática imporá uma "penalidade climática" adicional para centenas de milhões de pessoas, de acordo com a Organização Meteorológica Mundial (OMM).

11

Resíduos

É sabido que a falta de uma gestão correta de resíduos sólidos impacta diretamente a sociedade e o meio ambiente. Por exemplo, os resíduos podem bloquear rios e sistemas de drenagem, causando inundações e aprisionamento de água estagnada, agravando assim a propagação de doenças em comunidades. Um estudo da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária Ambiental (ABES) apontou, nos três primeiros meses de 2020, a internação de 40 mil pessoas com doenças relacionadas a falta de saneamento e má gestão do lixo. Esse número representa 4,2% dos leitos do SUS e o custo de mais de R\$ 16,1 milhões aos cofres públicos.

Entretanto, os impactos vão para além do esperado, afetando até a regulação do clima global. Essa relação existe, pois, determinados processos envolvendo resíduos podem emitir Gases do Efeito Estufa (GEE): a decomposição da matéria orgânica libera gás metano, enquanto a queima descontrolada de certos materiais produz dióxido de carbono, óxido nitroso e hexafluoreto de enxofre. São esses os quatro principais gases responsáveis pela instabilidade do efeito estufa. O Departamento de Economia do Sindicato Nacional das Empresas de Limpeza Urbana (Selurb) fez um estudo sobre a permanência de lixões como local de descarte do lixo no Brasil e a queima irregular de resíduos.

A pesquisa indica a má gestão do lixo como responsável por emitir 6 milhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera, montante é equivalente ao gás gerado anualmente por 3 milhões de carros movidos a gasolina. O estudo divulgado em 2019, no Dia Mundial do Meio Ambiente, nos mostra resultados expressivos e reafirma a ideia da relação direta entre a

12

produção de lixo e sua contribuição com o agravamento do aquecimento global. Tem sido cada vez mais comum observar consequências do aquecimento global.

Segundo cientistas dos Centros Nacionais de Informação Ambiental da National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA), maio de 2020 foi o período mais quente em 141 anos de registros climáticos. A temperatura média global ficou 0,9°C acima da média do século 20 e se igualou à maio de 2016 que, até então, era registrado como o período de maior aquecimento.

Esse aumento progressivo das temperaturas médias causa inúmeras modificações no ecossistema. Dentre elas podemos destacar alteração do regime das chuvas, aquecimento das águas, tempestades, furacões, inundações, desertificação e epidemia de doenças como a malária, esquistossomose e febre amarela. Para piorar, as consequências dessas alterações não são animadoras. Em 2019, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), órgão ligado à ONU, divulgou um relatório com previsões futuras sobre a mudança climática. O estudo aponta uma variação de até um metro do nível do mar, no máximo em 2100, caso não façamos nada.

Com o aquecimento da água oceanos se tornarão mais ácidos, alterando a vida marinha. Mesmo limitando o aquecimento a 1,5°C, os recifes de coral já estariam quase todos condenados por conta de alteração de temperatura constante das águas. Todavia, as consequências não se restringem apenas à vida marinha. Com o aumento do nível do mar, será necessário a retirada de milhões de moradores de áreas costeiras e ilhas, impactando por completo a sociedade.

13

Transportes

O setor de transporte contribui com um quarto das emissões globais de gases de efeito estufa e é a área em que as irradiações de carbono mais crescem desde 2000. A informação consta de relatório apresentado nesta terça-feira (11) na 24ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 24), em Katowice, Polônia. De acordo com o relatório Situação global do Transporte e Mudança Climática Global (tradução livre), elaborado por mais de 40 organizações internacionais que atuam em prol de transportes sustentáveis e de baixo carbono, as emissões provocadas pelos transportes cresceram de 5,8 gigatoneladas de CO₂ em 2000 para 7,5 gigatoneladas em 2016, volume 29% maior.

Entre os modais que mais contribuem com as emissões de dióxido de carbono, os carros leves lideram com 45% do volume emitido. Em seguida, aparecem os caminhões, responsáveis por 21% das emissões de CO₂, os aviões e navios, ambos com 11% das emissões, ônibus e micro-ônibus representam 5%, triciclos e motocicletas 4% e os trens figuram com 3%.

O relatório projeta que países em desenvolvimento serão responsáveis por praticamente todo o aumento das emissões de carbono por transporte. A contribuição das emissões desses países - 29 entre os 40 pesquisados - crescerá de 40% em 2015 para uma projeção de 56% a 72% em 2050. O estudo estima ainda que as emissões globais pelos transportes devem ser reduzidas para dois ou até três giga toneladas de CO₂ até 2050 para que as metas do Acordo de Paris sejam cumpridas. O documento aponta que o potencial de mitigação das emissões de dióxido de carbono em países não desenvolvidos é 60% maior do que em países economicamente mais fortes.

14

(Continua na próxima página)



Prefeitura Municipal de Campo Largo do Piauí
Estado do Piauí
CNPJ: 01.612.754/0001-65
CEP: 64148-000

Segundo o último levantamento o município de Campo Largo apresenta um número de veículos relativamente baixos se levado em consideração a quantidade de habitantes do município, sendo um ponto positivo, mas a redução dos gases emitida por estes não deixa de ser um tema que deve ser trabalhado.

QUANTIDADE DE VEÍCULOS POR MUNICÍPIOS (continua)

Município	Quantidade de Veículos 2016
Azeite	351
Agricolândia	553
Água Branca	4.845
Alagoinha do Piauí	434
Alagoinhas do Piauí	178
Alto Longá	972
Altos	5.404
Alvorada do Gurguéia	300
Amarsim	1.625
Angical do Piauí	827
Antônio de Albuquerque	518
Antônio Almeida	274
Aroazes	408
Arocinhas do Itaim	223
Arzoiá	272
Assunção do Piauí	166
Avellanêdo Lopes	580
Barra	5.498
Barreiras	106
Baixa Grande do Ribeiro	639
Barra d'Alcântara	403
Barro Duro	966
Batalha	1.663
Bela Vista do Piauí	180
Benedictinos	842
Bertolínia	428
Betânia do Piauí	321
Boa Hora	300
Bocaina	615
Bom Jesus	4.518
Bom Princípio do Piauí	315
Bonfim do Piauí	318
Boqueirão do Piauí	412
Brasileira	746
Brejo do Piauí	181
Burit dos Lopes	1.516
Burit dos Montes	125
Cabociras do Piauí	499
Cajazeiras do Piauí	182
Cajueiro da Praia	302
Caldeirão Grande do Piauí	172
Campinas do Piauí	279
Campo Alegre do Fidalgo	169
Campo Grande do Piauí	526
Campo Largo do Piauí	149
Campo Maior	13.768
Canto do Buriti	2.296
Capitão de Campos	728
Caracol	685
Carajás do Piauí	286
Caridade do Piauí	168

Fonte: Piauí em números

15

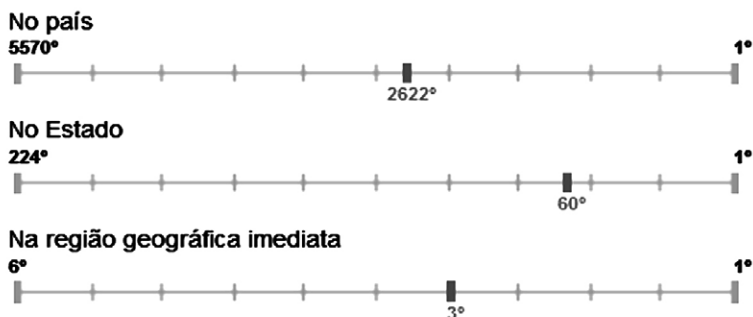
CAPÍTULO 4: Posição do Município no Cenário Nacional

O município de Campo Largo, apresenta 0,9% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 78,6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 195 de 224, 93 de 224 e 84 de 224, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 5440 de 5570, 2507 de 5570 e 4835 de 5570, respectivamente.

Área urbanizada [2019]

3,16 km²

Comparando a outros municípios

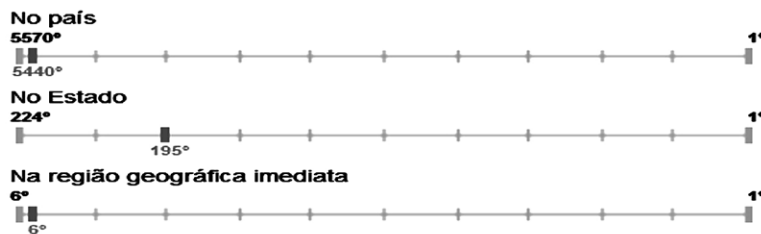


16

Esgotamento sanitário adequado [2010]

0,9 %

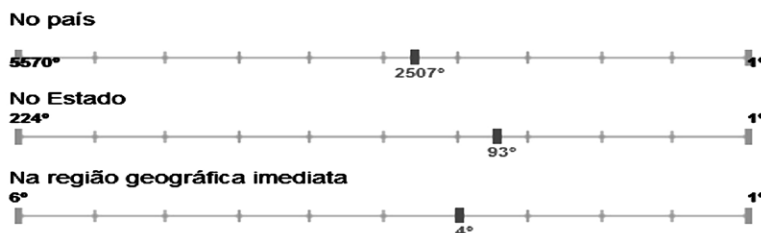
Comparando a outros municípios



Arborização de vias públicas [2010]

78,6 %

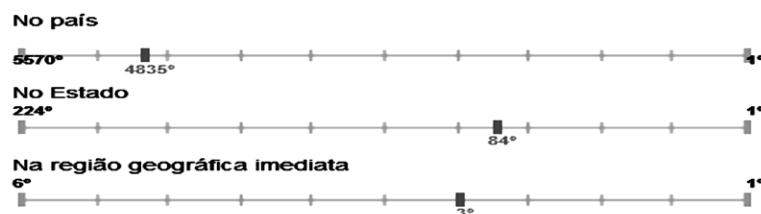
Comparando a outros municípios



Urbanização de vias públicas [2010]

0 %

Comparando a outros municípios



Fonte: 2023 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística | v4.6.

18

CAPÍTULO 5: Plano de Redução de Emissões de CO2

Expandir o uso de energia limpa.

Toda a geração de eletricidade deve ser de baixo carbono até 2050, e a geração total deve aumentar para permitir a eletrificação de sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado (HVAC, na sigla em inglês), transporte e maquinário industrial, entre outros. As trajetórias compatíveis com o limite de 1,5°C (com ou sem excedente) dependem de redes alimentadas principalmente por fontes renováveis e de armazenamento, complementadas por uma combinação de energia nuclear, uma pequena parcela de combustíveis fósseis (com captura e armazenamento de carbono) e/ou outras formas de energia limpa. Portadores alternativos de energia, como hidrogênio e amônia, devem substituir os combustíveis fósseis em setores nos quais o processo de eletrificação será mais difícil, como na indústria e no transporte pesado. A boa notícia é que os custos unitários de tecnologias de baixo carbono, como energia fotovoltaica e eólica onshore, caíram cerca de 85% na última década.

Investir em inovação para descarbonizar a indústria.

Melhorar a eficiência energética, reduzir a demanda de materiais por meio de soluções de economia circular, implementar tecnologias de captura e armazenamento de carbono em setores nos quais a redução de emissões é mais difícil (como na indústria do cimento) e fazer a transição para processos industriais de baixa emissão são ações necessárias na produção de materiais como aço, cimento, plástico, celulose, papel e produtos químicos. No entanto, o IPCC afirma que essa transição exige de 5 a 15 anos de "inovação, comercialização e política intensivas" – junto com investimentos imediatos em tecnologias já existentes – para reduzir os custos e chegar ao nível necessário de aceitação e adoção dessas medidas.

19

(Continua na próxima página)



Prefeitura Municipal de Campo Largo do Piauí
 Estado do Piauí
 CNPJ: 01.612.754/0001-65
 CEP: 64148-000

Incentivar construções verdes.

Desde a publicação do Quinto Relatório de Avaliação do IPCC, em 2014, o número de construções de zero carbono aumentou em quase todas as zonas climáticas. Aquecimento elétrico, eletrodomésticos e iluminação mais eficientes e o uso circular de materiais têm sido fundamentais. No entanto, são necessários avanços mais rápidos para adaptar construções antigas e garantir que essas tecnologias e abordagens sejam incorporadas em cada vez mais novos empreendimentos. Diretrizes verdes tanto para a etapa de construção quanto para o uso da edificação, bem como normas de energia para construções, podem promover avanços.

Redesenhar a cidade e fazer a transição para o transporte de zero e baixo carbono.

Sem uma mudança na trajetória, as emissões de CO₂ do setor de transportes devem aumentar em até 50% até 2050. Precisamos de ações para reverter essa tendência. O IPCC descobriu que as cidades podem reduzir o consumo de combustível em cerca de um quarto ao promover cidades compactas e infraestrutura que priorize outros modos de transporte, como faixas de pedestres e ciclovias. Essas mudanças visando a um desenho urbano mais acessível e de baixo carbono também melhoram o bem-estar das pessoas, na medida em que reduzem os congestionamentos e a poluição do ar. Em paralelo, opções de eletromobilidade, como veículos elétricos a bateria (o segmento de crescimento mais rápido da indústria automobilística) e transporte ferroviário elétrico movido por energia limpa são medidas que já reduziram as emissões de GEE do setor de transportes e devem continuar avançando. Para sistemas cuja descarbonização é mais difícil, como transporte marítimo e aéreo, alternativas

20

de biocombustíveis avançados, amônia e combustíveis sintéticos têm se mostrado viáveis, mas exigem mais financiamento e apoio político.

Conservar os ecossistemas naturais e melhorar os sistemas alimentares.

O IPCC mostra que a proteção, restauração e o manejo sustentável de ecossistemas ricos em carbono (como florestas e turfeiras) – junto à redução de GEE na produção de alimentos, contenção do desperdício e mudança para dietas mais sustentáveis – são medidas de custo relativamente baixo que podem mitigar entre 8 e 14 Gt CO₂ e por ano até 2050. (Observe que outras pesquisas indicam potenciais de mitigação mais restritos para diversas práticas agrícolas incluídas nesta estimativa. Evitar o processo de conversão dos ecossistemas pode desempenhar um papel substancial, uma vez que o desmatamento sozinho responde por 45% das emissões do setor de uso do solo. No entanto, boa parte desse potencial geral está nos países em desenvolvimento, nos quais instituições fracas, direitos fundiários precários e financiamento escasso são fatores que dificultam a implementação de mudanças.



Expandir a eletricidade de baixo carbono gerada com renováveis e outras fontes de energia limpa



Incentivar a inovação e a comercialização para descarbonizar a indústria



Desenhar cidades orientadas pelo transporte de zero e baixo carbono, mudar para veículos elétricos e ampliar o uso de combustíveis limpos



Construir seguindo diretrizes verdes, com materiais, tecnologia e padrões de energia inteligentes e positivos para o clima



Proteger e restaurar florestas e outras paisagens, aprimorar práticas agrícolas, mudar para dietas mais sustentáveis e reduzir o desperdício e a perda de alimentos

21

CAPÍTULO 6: Execução de Ações de Combate às Mudanças Climáticas

Campanha nas redes sociais para conscientização da população

A campanha pela #AmbiçãoClimática quer promover o diálogo sobre #MudançaClimática nas redes sociais. Para isso, a Secretaria de Meio Ambiente Municipal convida jovens, influenciadores digitais, e defensoras e defensores dos direitos humanos a promover evidências científicas sobre a mudança global do clima e divulgar oportunidades para participação em processos multilaterais e campanhas globais relacionadas ao tema.

Nesta página, a campanha reúne estudos e relatórios recentes sobre mudança climática e oferece um glossário sobre os principais temas da agenda climática. A campanha promove, nas redes sociais da materiais para incentivar a mobilização e a discussão sobre mudança climática, incluindo oportunidades para elevar a voz da juventude brasileira nos principais processos multilaterais conduzidos pelas Nações Unidas. Dessa forma, usando como base o modelo da ONU, foi utilizado as redes sociais do município para realizar a divulgação do conteúdo.

Plantio de árvores nativas para neutraliza as emissões de GEE

Em qualquer processo de neutralização de carbono, deverá ocorrer um cálculo técnico, para determinar a quantidade de GEE emitido e quantas árvores deverão ser plantadas, de modo que a neutralização seja efetivamente realizada.

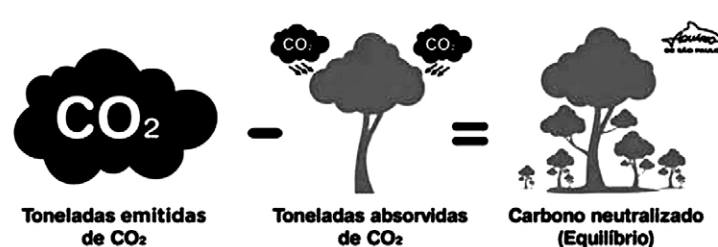
O efeito estufa e o aquecimento global são os fatores mais preocupantes e que põem em risco a existência de vida no planeta. Todo indivíduo pode também contribuir em suas residências para manter um solo permeável e saudável. Quanto mais se plantar árvores, mais carbono será

22

capturado da atmosfera e as mudanças climáticas se tornarão mais lentas e freadas.

A política de habitação precisa levar em conta este fator, de não haver construção em encostas e as edificações serem ecológicas e sustentáveis. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente realiza plantios de árvores diariamente em todas as regiões da cidade.

O plantio com o aumento de matéria orgânica e melhoria do solo possibilita a germinação de sementes transportadas por aves proporcionando um incremento florestal natural e sem custos, principalmente em grandes áreas e nas zona rural do município, que comportam plantios extensos e com alta diversidade de espécies, inclusive as árvores enormes que contribuem deveras para a captura dos gases do efeito estufa, gases estes que promovem as mudanças climáticas geradora das grandes catástrofes como enchentes, secas, deslizamentos de terra, incêndios, ciclones, etc.



23

(Continua na próxima página)



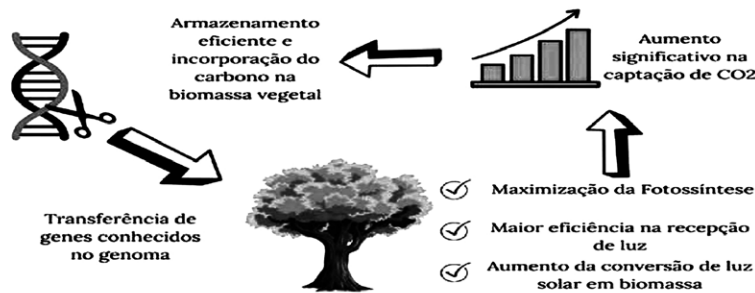
Prefeitura Municipal de Campo Largo do Piauí
Estado do Piauí
CNPJ: 01.612.754/0001-65
CEP: 64148-000

Plantio de árvores e conservação da vegetação nativa visando o sequestro de carbono

O sequestro de carbono, em resumo, refere-se ao processo natural de retirada de gás carbônico da atmosfera para ser transformado em oxigênio. Esse processo é realizado espontaneamente pelas plantas através da fotossíntese e pela absorção desse elemento químico pelo solo e por oceanos.

O termo "sequestro de carbono" ficou consagrado durante a Conferência de Kyoto, em 1997. O objetivo dessa conferência era tratar sobre a redução da emissão dos gases de efeito estufa que poluem o meio ambiente e se acumulam na atmosfera. A emissão de gases estufa no planeta Terra é causada, principalmente, pelo aumento da intensidade das atividades humanas. Desmatamento e queima de combustíveis fósseis estão entre as principais causas do aumento da emissão de dióxido de carbono no meio ambiente.

Dessa forma, o aquecimento global se torna ainda mais evidente, sendo prejudicial para os seres humanos e a agricultura. Alternativas como o sequestro de carbono ajudam a diminuir a presença de CO₂ no ambiente, evitando que o planeta fique em uma situação de efeito estufa permanente.



24

Redução do consumo de energia aliada ao uso de energia sustentável

Muitas das atividades humanas atuais utilizam energia e a maior parte dessa energia provém da queima de combustíveis fósseis. No mundo, a principal fonte de geração de energia elétrica é o carvão. No transporte, a energia para movimentar os veículos vem, principalmente, da queima de gasolina e óleo diesel. Na indústria, utiliza-se muito o gás natural e outros derivados de petróleo como o óleo combustível. Toda essa queima de combustíveis fósseis emite grande quantidade de GEE para a atmosfera. No Brasil, as emissões de GEE estão principalmente relacionadas ao desmatamento e às queimadas.

O setor de transporte é o segundo colocado seguido pelo setor industrial, devido ao uso predominante de combustíveis fósseis em suas atividades. Desta forma, intermitência das fontes renováveis, como solar e eólica, demanda soluções eficientes de armazenamento de energia. Além disso, a transição para uma matriz energética sustentável requer investimentos significativos em infraestrutura e tecnologias emergentes. Superar esses desafios exigirá esforços colaborativos em níveis local, nacional e global. Uma vez que, o uso de energia e as mudanças climáticas estão intrinsecamente conectados, e a necessidade de uma mudança urgente é evidente.

Ao optarmos por fontes de energia mais sustentáveis, podemos mitigar os impactos negativos no clima e trabalhar em direção a um futuro mais verde e resiliente. A transição para uma matriz energética sustentável não é apenas uma escolha ética, mas uma decisão vital para garantir a saúde a longo prazo do nosso planeta e do seu negócio. Além do que, é uma ótima maneira de se adequar às boas práticas de sustentabilidade corporativa.

25

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Geografia do Brasil. Região Nordeste. Rio de Janeiro, SERGRAF. IBGE, 1977

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. [Mapas Base dos municípios do Estado do Piauí]. Escalas variadas. Inédito.

JACOMINE, P.K.T. et al Levantamento exploratório – reconhecimento de solos do Estado do Piauí. Rio de Janeiro.

EMBRAPA-SNLCS/SUDENE-DRN. 1986. 782 p ilustr. LIMA, E. de A. M. & LEITE, J.F. – 1978 – Projeto Estudo Global da Bacia Sedimentar do Parnaíba. Recife: DNPM/CPRM.

PESSOA, M. D. – 1979 – Inventário Hidrogeológico Básico do Nordeste. Folha Nº 18 – São Francisco – NE. Recife. SUDENE

PROJETO CARVÃO DA BACIA DO PARNAÍBA. Convênio DNPM/CPRM. Relatório Final da Etapa I. vol. 1. Recife. 1973.

PROJETO RADAM. FOLHA SB.23 TERESINA E PARTE DA FOLHA SB.24 JAGUARIBE; geologia, geomorfologia, solos, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro. 1973.

26

Id:0471B1800A022371



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAS
Secretaria Municipal de Saúde
CNPJ: 02.361.201/0001-40
Rua Antenor de Castro Rêgo, s/n - Matadouro.
CEP 64.100-000 / Fone: 3242-1221



EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 030 /2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAS/ SECRETARIA DE SAÚDE

CONTRATADO: JACYARA COSTA ARRAES SILVA

SERVIÇO PRESTADO: MÉDICA

CLAÚSULA CONTRATUAL: QUARTA (VIGÊNCIA) ESTENDIDA PARA 04 DE JANEIRO DE 2024 A 31 DE DEZEMBRO DE 2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 10.720,00 (Dez mil e setecentos e vinte reais)

VALOR ANUAL: R\$ 64.320,00 (Sessenta e quatro mil e trezentos e vinte reais)

Barras-PI, 19 de dezembro de 2024.

Maria Elvina Lages Veras Barbosa
Secretária Municipal de Saúde